



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VI • nº 1085 • Campo Grande – MS • sexta-feira • 10 de julho de 2015

22 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2014-2016

Procurador-Geral de Justiça  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica  
**Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**João Albino Cardoso Filho**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Mauri Valentim Riciotti**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**  
Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**  
Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**  
Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**  
Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**  
Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**  
Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**  
Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**  
Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**  
Procurador de Justiça **Belmires Soles Ribeiro**  
Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**  
Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**  
Procurador de Justiça **Amilton Plácido da Rosa**  
Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**  
Procurador de Justiça **Paulo Alberto de Oliveira**  
Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**  
Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**  
Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**  
Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**  
Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**  
Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**  
Procurador de Justiça **Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**  
Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**  
Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**  
Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**  
Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**  
Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**  
Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**  
Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

### EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-8990 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos  
Direitos Humanos  
(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcc@mpms.mp.br](mailto:caopjdcc@mpms.mp.br)

### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação  
Editoração eletrônica: Secretaria-Geral  
Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio  
CEP 79031-907 | Campo Grande- MS  
Telefone: (67) 3318-2055 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

### SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	2
Conselho Superior .....	3
Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	17
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional .....	17
Comissão Permanente de Licitação .....	21
Secretaria de Administração .....	22

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

**Designar** o 2º Promotor de Justiça de Paranaíba, **Ronaldo Vieira Francisco**, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 017/2014/PJPPS da 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca (Port. nº 1480/2015-PGJ, de 9.7.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça **Daniela Araujo Lima da Silva**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 9ª Zona Eleitoral, no período de 6 a 10.7.2015; e tornar sem efeito a Portaria nº 1445/2015-PGJ, de 6.7.2015, que indicou o Promotor de Justiça Carlos Garcia de Oliveira (Port. nº 1482/2015-PGJ, de 9.7.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

**Designar** a 58ª Promotora de Justiça de Campo Grande, **Paula da Silva Santos Volpe**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 5ª Vara do Juizado Cível e Criminal – UCDB da referida Comarca, no período de 13 a 30.7.2015 (Port. nº 1487/2015-PGJ, de 9.7.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 50ª Zona Eleitoral, no período de 8 a 17.7.2015 (Port. nº 1488/2015-PGJ, de 9.7.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **João Meneghini Girelli**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral, a partir de 8.7.2015, pelo período de dois anos; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 2228/2014-PGJ, de 18.12.2014, na parte que indicou o Promotor de Justiça Moisés Casarotto (Port. nº 1489/2015-PGJ, de 9.7.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Leonardo Dumont Palmerston**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 39ª Zona Eleitoral, no período de 8 a 14.7.2015; e revogar, a partir de 8.7.2015, a Portaria nº 1680/2013-PGJ, de 9.12.2013, na parte que indicou a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa (Port. nº 1490/2015-PGJ, de 9.7.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Designar** o Promotor de Justiça **Eduardo de Araujo Portes Guedes** para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Bandeirantes, a partir de 8.7.2015, até ulterior deliberação (Port. nº 1492/2015-PGJ, de 9.7.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Eduardo de Araujo Portes Guedes**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 34ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 8.7.2015; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº

2228/2014-PGJ, de 18.12.2014, na parte que designou o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães (Port. nº 1493/2015-PGJ, de 9.7.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Designar** a servidora **Eliene Marta Breguedo do Nascimento**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços nas Promotorias de Justiça de Ivinhema, a partir de 13.7.2015, até ulterior deliberação (Port. nº 1491/2015-PGJ, de 9.7.2015).

(a) **João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

### PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

**Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativa**

**O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E:**

**Conceder** aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados, licença para tratamento de saúde, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda (Port. nº 1479/2015-PGJ, de 9.7.2015):

1º) c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009:			
Servidor	Cargo	Período	Observação
Renan da Silva Ovando	Técnico II	22.6 a 1º.7.2015	Inicial
2º) c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005:			
Servidor	Cargo	Período	Observação
Arnaldo Benício da Silva	Técnico I	24.6 a 8.7.2015	Prorrogação
3º) c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005:			
Servidor	Cargo	Período	Observação
Laurionor Brunetto	Auxiliar	8.7 a 6.8.2015	Prorrogação
4º) c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009:			
Servidora	Cargo	Período	Observação
Angela Teno Ribeiro do Val	Assessor Jurídico	25.6 a 6.7.2015	Inicial

**O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E:**

**Conceder** à servidora **Maria Aparecida Alves**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público

Estadual, o pagamento de **5% (cinco por cento) do adicional de qualificação**, a contar de **18 de junho de 2015**, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso IV e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso IV, 6º e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012 (Processo PGJ/10/1983/2015) (Port. nº 1483/2015-PGJ, de 9.7.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Designar** a servidora **Adriana Vargas dos Santos**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança - FC5, no período de 6 a 17.7.2015, durante licença compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral e férias da servidora *Thais Mara Ferreira Domingos* (Port. nº 1484/2015-PGJ, de 9.7.2015).

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

**Designar** o servidor **Murillo Andrade Yazbek**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Suporte de Redes, nos períodos de 6 a 17.7.2015 e de 20 a 24.7.2015, respectivamente em virtude de férias e de licença compensatória, referente a abono por doação de sangue e banco de horas, da titular, *Dantiele de Freitas Queiroz* (Port. nº 1485/2015-PGJ, de 9.7.2015).

(a) **João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### CONSELHO SUPERIOR

**Retificação do Aviso nº 22/2015/SCSMP, publicado no DOMP/MS nº 1076, de 29.6.2015. No item (42) onde se lê: Procedimento Preparatório nº 48/2015 - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na cumulação de cargos no Hospital Universitário/UFMS e na Secretaria de Saúde Pública no município de Campo Grande por Cosme Sampaio da Silva. **Leia-se: Inquérito Civil nº 48/2014** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na cumulação de cargos no Hospital Universitário/UFMS e na Secretaria de Saúde Pública no município de Campo Grande por Cosme Sampaio da Silva. **E no item (45) onde se lê: Inquérito Civil nº 48/2014 - 29ª Promotoria****

de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Pregão Presencial nº 10/2015, referente à aquisição de ovos brancos pelo valor unitário de R\$ 3,02 (três reais e dois centavos). **Leia-se: Procedimento Preparatório nº 48/2015** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Pregão Presencial nº 10/2015, referente à aquisição de ovos brancos pelo valor unitário de R\$ 3,02 (três reais e dois centavos).

**Campo Grande, 9 de julho de 2015.**

**Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

\*\*\*\*\*

**PAUTA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 14 DE JULHO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

#### 1. Expedientes:

##### 1.1. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise:

##### 1.1.1. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

##### 1. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio:

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 6/2011. Instaurado em 12.1.2011.

##### 2. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque:

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 8/2014. PP convertido em IC em 19.12.2014.

##### 3. 1ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Coxim:

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 22/2013. PP convertido em IC em 22.11.2013.

##### 4. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim:

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 47/2013. PP convertido em IC em 26.5.2014.

**5. 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural comarca de Coxim:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 46/2014. Instaurado em 17.12.2014.

**6. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Batayporã:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 51/2014. Instaurado em 19.12.2014.
- Inquérito Civil nº 52/2014. Instaurado em 19.12.2014.

**7. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Batayporã:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 39/2014. Instaurado em 26.5.2014.

**8. 2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Corumbá:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 15/2012. Instaurado em 28.6.2012.

**9. 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 37/2011. Instaurado em 12.7.2011.
- Inquérito Civil nº 60/2013. PP convertido em IC em 24.6.2014.
- Inquérito Civil nº 28/2014. Instaurado em 24.6.2014.

**10. 13ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Dourados:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 45/2014. Instaurado em 18.12.2014.

**11. 13ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Dourados:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:

- Procedimento Administrativo nº 43/2014. Instaurado em 16.12.2014.

**12. 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 7/2011. Instaurado em 14.6.2011.
- Inquérito Civil nº 19/2011. Instaurado em 9.8.2011.
- Inquérito Civil nº 39/2011. Instaurado em 12.12.2011.
- Inquérito Civil nº 33/2013. Instaurado em 4.6.2013.

- Inquérito Civil nº 66/2013. Instaurado em 5.12.2013.

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:

- Procedimento Administrativo nº 6/2014. Instaurado em 2.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 7/2014. Instaurado em 5.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 7/2015. Instaurado em 9.2.2015.

**1.1.2. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 21/2014. Instaurado em 24.6.2014.

**2. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 68/2014. Instaurado em 16.12.2014.
- Inquérito Civil nº 45/2008 – Anexo A. Instaurado em 14.10.2008.

**3. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó:**

Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:

- Procedimento Preparatório nº 4/2015. Instaurado em 25.3.2015.

**4. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 23/2014. Instaurado em 19.12.2014.

**5. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 5/2011. Instaurado em 10.1.2011.

**6. 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:

- Inquérito Civil nº 14/2014. Instaurado em 21.10.2014.

**7. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora:**

Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:

- Inquérito Civil nº 1/2010. Instaurado em 17.5.2010.

- Inquérito Civil nº 10/2014. Instaurado em 17.12.2014.

**8. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 15/2011. Instaurado em 26.9.2011.

**9. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 16/2014. PP convertido em IC em 17.12.2014.

**10. Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Deodápolis:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 27/2014. Instaurado em 18.12.2014.

**11. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 41/2013. PP convertido em IC em 30.5.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 16/2014. Instaurado em 18.12.2014.

**12. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 9/2011. Instaurado em 27.6.2011.
- Inquérito Civil nº 5/2014. Instaurado em 16.6.2014.

**13. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 34/2011. Instaurado em 5.12.2011.
- Inquérito Civil nº 35/2011. Instaurado em 6.12.2011.
- Inquérito Civil nº 36/2011. Instaurado em 12.12.2011.
- Inquérito Civil nº 56/2012. Instaurado em 6.6.2012.

**14. 5ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Ponta Porã:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 1/2014. Instaurado em 25.9.2014.

**1.1.3. CONSELHEIRO LUÍS ALBERTO SAFAIDER:**

**1. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 8/2014. PP convertido em IC em 26.11.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 3/2015. Instaurado em 2.3.2015.

**2. 1ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Paranaíba:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 12/2011. PP convertido em IC em 26.6.2014.

**3. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 28/2012. PP convertido em IC em 26.6.2013.

**4. Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Sete Quedas:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 7/2014. Instaurado em 24.6.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 42/2013. Instaurado em 12.12.2013.

**5. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 36/2014. Instaurado em 16.12.2014.
- Procedimento Administrativo nº 41/2013. Instaurado em 19.12.2013.

**6. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 11/2014. Instaurado em 2.6.2014.
- Inquérito Civil nº 10/2014. Instaurado em 2.6.2014.

**7. Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 5/2015. Instaurado em 16.3.2015.



**8. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 7/2015. Instaurado em 23.3.2015.

**9. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:**

- Procedimento Preparatório nº 4/2015. Instaurado em 16.3.2015.
- Procedimento Preparatório nº 6/2015. Instaurado em 23.3.2015.

**10. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 13/2014. Instaurado em 12.12.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- Procedimento Administrativo nº 3/2014. Instaurado em 13.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 4/2014. Instaurado em 15.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 5/2014. Instaurado em 16.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 6/2014. Instaurado em 16.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 7/2014. Instaurado em 16.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 8/2014. Instaurado em 16.6.2014.
- Procedimento Administrativo nº 9/2014. Instaurado em 16.6.2014.

**11. Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Água Clara:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 12/2014. Instaurado em 25.11.2014.

**6.1.4. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 16/2014. Instaurado em 19.12.2014.

**2. Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para**

**conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 15/2014. Instaurado em 19.12.2014.

**3. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 15/2014. Instaurado em 24.6.2014.

**4. 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 11/2012. Instaurado em 23.7.2012.
- Inquérito Civil nº 3/2012. Instaurado em 1º.3.2012.

**5. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- Inquérito Civil nº 12/2013. PA convertido em IC em 6.5.2013.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:**

- Procedimento Preparatório nº 13/2015. Instaurado em 15.1.2015.
- Procedimento Preparatório nº 18/2015. Instaurado em 25.2.2015.
- Procedimento Preparatório nº 20/2015. Instaurado em 5.3.2015.
- Procedimento Preparatório nº 21/2015. Instaurado em 5.3.2015.

**6. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- Procedimento Administrativo nº 2/2014. Instaurado em 26.3.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 1/2015. Instaurado em 15.1.2015.

**7. Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Bandeirantes:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 19/2015. Instaurado em 27.2.2015.

**8. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- Inquérito Civil nº 9/2014. Instaurado em 16.5.2014.
- Inquérito Civil nº 8/2014. Instaurado em 16.5.2014.

- Inquérito Civil nº 6/2014. Instaurado em 15.5.2014.
- Inquérito Civil nº 4/2014. Instaurado em 4.4.2014.
- Inquérito Civil nº 22/2014. Instaurado em 8.10.2014.
- Inquérito Civil nº 28/2010. Instaurado em 5.10.2010.

**9. 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- Procedimento Preparatório nº 7/2015. Instaurado em 20.3.2015.

**6.1.5. CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:**

**1. 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- 10. Procedimento Administrativo nº 84/2014. Instaurado em 10.6.2014.
- 11. Procedimento Administrativo nº 94/2014. Instaurado em 10.6.2014.

**2. 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes inquéritos civis:**

- 12. Inquérito Civil nº 50/2012. PP convertido em IC em 20.6.2013.
- 13. Inquérito Civil nº 79/2014. Instaurado em 16.12.2014.
- 14. Inquérito Civil nº 20/2010. PP convertido em IC em 16.5.2011.
- 15. Inquérito Civil nº 33/2010. PP convertido em IC em 18.5.2011.
- 16. Inquérito Civil nº 42/2014. PP convertido em IC em 17.12.2014.

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão do seguinte procedimento preparatório:**

- 17. Procedimento Preparatório nº 32/2015. Instaurado em 25.3.2015.

**3. 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 90 dias para conclusão dos seguintes procedimentos preparatórios:**

- 18. Procedimento Preparatório nº 27/2015. Instaurado em 19.3.2015.
- 19. Procedimento Preparatório nº 28/2015. Instaurado em 20.3.2015.

**4. 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- 20. Inquérito Civil nº 42/2014. PP convertido em IC em 15.12.2014.

**5. 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para**

**conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- 21. Procedimento Administrativo nº 27/2014. Instaurado em 26.6.2014.

**6. 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- 22. Inquérito Civil nº 22/2014. Instaurado em 18.11.2014.

**7. 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- 23. Inquérito Civil nº 36/2013. Instaurado em 7.10.2013.

**8. Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte procedimento administrativo:**

- 24. Procedimento Administrativo nº 6/2014. Instaurado em 27.6.2014.

**9. 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- 25. Inquérito Civil nº 7/2013. PP convertido em IC em 14.6.2013.

**10. 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão do seguinte inquérito civil:**

- 26. Inquérito Civil nº 27/2014. Instaurado em 24.6.2014.

**11. 7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Corumbá:**

**Comunica a prorrogação de prazo por 180 dias para conclusão dos seguintes procedimentos administrativos:**

- 27. Procedimento Administrativo nº 121/2014. Instaurado em 15.12.2014.
- 28. Procedimento Administrativo nº 67/2014. Instaurado em 23.6.2014.
- 29. Procedimento Administrativo nº 116/2014. Instaurado em 10.12.2014.
- 30. Procedimento Administrativo nº 120/2014. NF convertida em PA em 16.12.2014.

**6.2. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADOS AO CONSELHO:**

**6.2.1. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Procedimento Administrativo nº 3/2014. Compromissária: Maria do Carmo Ceolin de Moura (Sítio Maciel – antiga Fazenda Tucano).

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 10/2010. Compromissário: Guilherme Berlitz (Fazenda São Miguel).

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 25/2012. Compromissário: Kazuko Tanaka (Fazenda Perdizes).

**6.2.2. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

**• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 32/2012. Compromissário: José Carlos Mascarello (Fazenda Santa Lúcia).

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 35/2012. Compromissário: José Carlos Mascarello (Fazenda Nossa Senhora Aparecida).

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 24/2012. Compromissária: Dominga Alhenir Siqueira Rocha Brito (Fazenda Palmeira).

**6.2.3. CONSELHEIRO LUÍS ALBERTO SAFRAIDER:**

**• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 50/2012. Compromissária: Gladys Gizele da Rosa Oliveira Berno (Fazenda Betel).

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 52/2012. Compromissário: Odelso Malacarne (Fazenda Amambai).

**• Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 5/2010. Compromissária: Tereza Cristina Pedrossian Cortada Amorim (Fazenda Santa Cristina).

**6.2.4. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

**• 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá:**

Em resposta ao **Ofício nº 435/2015/SCSMP**, encaminha cópia da Ata de Reunião e Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 21/2014. Compromissário: Paulo Saito, neste ato representado por Diego Trindade Saito (Fazenda Progresso – Parte 2).

**• 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 46/2014. Compromissário: Município de Campo Grande, representado pelo seu Prefeito Municipal Gilmar Antunes Olarte, pelo Procurador-Geral Fábio Castro Leandro e pela Procuradora-Geral Adjunta Kátia Silene Sarturi.

**• Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 2/2011. Compromissário: Albertino Pacheco Anastácio (Fazenda São Vicente).

**6.2.5. CONSELHEIRO AROLDO JOSÉ DE LIMA:**

**• 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Procedimento Preparatório nº 16/2014. Compromissária: Márcia Martins dos Reis.

**• Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Procedimento Preparatório nº 66/2014. Compromissário: Ivair Jara.

**7. Ordem do dia:**

**7.1. Matéria Administrativa:**

**7.1.1. Julgamento de Processos:**

**1. Processo Administrativo nº 10/01/CSMP/2015**

Requerente: Corregedoria-Geral do MP.

Requerido: Membro do Ministério Público

Assunto: Proposta de impugnação ao vitaliciamento.

**2. Reclamação nº 10/008/CGMP/2015 – Recurso**

Requerente: Thiago Verrone de Souza.

Requerido: Membro do Ministério Público

Assunto: Apurar condução de Procedimento de Investigação Criminal pelo GAECO, bem como da Ação Popular, Processo 0038391-94.2012.8.12.0001.

**Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior**

**7.1.2. Remoção por permuta:**

**1. Processo PGJ/10/2106/2015**

Requerentes: Leonardo Dumont Palmerston, 2º Promotor de Justiça da comarca de Ivinhema, e Juliana Martins Zaupa, 3ª Promotora de Justiça da comarca de Paranaíba.

Assunto: Requerem remoção por permuta.

**7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**7.2.1. Processo com pedido de vista:**

**1. Inquérito Civil nº 20/2013**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, uma vez que a Administração Pública Municipal, em contrariedade ao disposto em Lei Municipal, expediu edital para contratação de serviços funerários e autorizou o funcionamento da Funerária Monte Fuji nas dependências da Santa Casa por diversos anos.

**Conselheiro-Relator Francisco Neves Júnior**

**Voto-vista: Mauri Valentim Riciotti**

**Suspensão o julgamento em face de manifestação do**



**Relator Francisco Neves Júnior que pleiteou vistas dos autos para análise das diligências encetadas no voto-vista do Corregedor-Geral do MP, Mauri Valentim Riciotti, na reunião do dia 23.6.2015. Os demais aguardam.**

### **7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

#### **7.2.2.1. CONSELHEIRO – RELATOR FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

##### **1. Inquérito Civil nº 44/2013**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lindomar Simões da Silva

Assunto: Apurar a regularidade do funcionamento do estabelecimento instalado à rua Luiz Feitosa, entre as ruas Duque Caxias e Campo Grande, ao lado do lote nº 84 no bairro Nossa Senhora de Fátima.

##### **2. Inquérito Civil nº 28/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual erosão e assoreamento do Rio Taquari na região da Chácara Tangará, em Coxim/MS.

##### **3. Procedimento Preparatório nº 1/2015**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Guia Lopes da Laguna/MS

Assunto: Apurar vistoria em transporte de escolares a fim de verificar se eles se encontram aptos a realizarem com segurança a condução dos estudantes.

##### **4. Procedimento Preparatório nº 60/2014**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivo Sartori - ME

Assunto: Apurar eventual funcionamento irregular de carvoarias localizadas nas fazendas São Pedro e Santa Marina, ambas situadas no município de Bela Vista.

##### **5. Inquérito Civil nº 4/2015**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a suposta violação dos direitos da criança N.R.F.

##### **6. Procedimento Preparatório nº 24/2014**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia

Assunto: Apurar irregularidades havidas no atendimento médico hospitalar feito pela Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia à Senhora Devânia Aparecida Alves

Romualdo Assis.

##### **7. Inquérito Civil nº 2/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sérgio Luiz Perri Brunetta, Antônio Brunetta e Aparecida Perri Brunetta

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Boa Esperança, localizada na Rodovia BR 163, km 315, neste município de Rio Brilhante-MS, em especial no que se refere às áreas de preservação permanente e reserva legal.

##### **8. Inquérito Civil nº 69/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar reclamação de desvio de função dos quatro técnicos de laboratório recentemente empossados para a UPA-24 horas de Três Lagoas, além da não existência de laboratório do prédio da UPA, a ensinar demora no atendimento de urgência e emergência e fazer com que servidores que levam as coletas assinem “quatro plantões a mais para compensar o desvio de função”, tudo seguindo determinação e orientação de coordenadores desqualificados e que não contam com o respaldo dos demais servidores da UPA, do SAMU e do PAB.

##### **9. Inquérito Civil nº 3/2013**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Roberto Scaloni Nogueira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Dulce.

##### **10. Inquérito Civil nº 8/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar Bruno Alves

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Bebedouro.

##### **11. Inquérito Civil nº 11/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aer José da Trindade

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Três Irmãos.

##### **12. Inquérito Civil nº 17/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Paixão de Camargos

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente na fazenda Colina, localizada neste Município.

**13. Procedimento Preparatório nº 10/2015**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Fiscalizar as ações do município de Ribas do Rio Pardo/MS e de particulares no combate à Leishmaniose.

**14. Inquérito Civil nº 2/2010**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Mace Moderna Associação Campograndense de Ensino Ltda., Estacionamento Santos Ltda. - ME, Universidade Anhanguera - UNIDERP e Pedro Paulo Queiroz Teixeira

Assunto: Apurar poluição sonora produzida no empreendimento denominado Universidade Anhanguera-UNIDERP, situada na av. Ceará, 333, em Campo Grande-MS, em razão de evento musical promovido por Pedro Paulo Queiroz Teixeira, havendo indícios de haver sido instalado e operado sem licença ou autorização ambiental ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

**15. Inquérito Civil nº 7/2014**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar notícia de falta de médico anestesista no Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora Aparecida.

**16. Inquérito Civil nº 12/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Benjamin Piveta Assunção

Assunto: Apurar a existência do desmatamento de aproximadamente 587.007 hectares sem licença ambiental junto à propriedade rural denominada “Fazenda Águas Vivas”, localizada no município de Corumbá/MS.

**17. Inquérito Civil nº 63/2011**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Santa Rita

Assunto: Apurar irregularidades sanitárias, propaganda enganosa e ausência de rotinas de atendimento de casos pediátricos que indicam urgência.

**18. Inquérito Civil nº 3/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a correta realização de tratamento e disposição final de resíduos pelos estabelecimentos que prestam serviços de saúde humana e animal, nos termos da legislação ambiental e municipal pertinentes.

**19. Procedimento Preparatório nº 7/2015**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Centro de Controle de Zoonoses CCZ

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual manipulação e comercialização de produto de origem animal impróprio para o consumo.

**20. Inquérito Civil nº 50/2013**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Conselho Municipal de Saúde de Nova Andradina

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar eventual superfaturamento das obras de ampliação das Unidades de Saúde – ESF, no município de Nova Andradina, considerando, segundo noticiado, o alto custo estimado para a proporção de cada obra.

**21. Procedimento Preparatório nº 9/2015**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar suposta irregularidade administrativa ocorrida no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul.

**22. Inquérito Civil nº 41/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Tatiana Teixeira Areco

Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade na malversação de recursos do Memorial da Cultura Indígena.

**23. Procedimento Preparatório nº 115/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: A apurar a suposta existência de obras, no âmbito municipal, sem o fornecimento de dados atualizados ao Ministério da Educação.

**24. Inquérito Civil nº 31/2012**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no que concerne a empreiteira responsável pela execução de pavimentação do Bairro Guanandi II.

**25. Inquérito Civil nº 2/2011**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sonora

Assunto: Apurar a regularidade do aterro sanitário/lixão do município de Sonora.

**26. Inquérito Civil nº 24/2013**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Proprietário da fazenda Limoeiro

Assunto: Analisar a conformidade, com a legislação vigente, das áreas de reserva legal, preservação permanente e ocupação do solo da Fazenda, em atenção ao projeto desenvolvido na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia (Projeto 001 - grandes propriedades), implantado para averiguar a situação jurídico-ambiental dos imóveis rurais do Município, em ordem decrescente de tamanho.

**27. Inquérito Civil nº 31/2012**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá e outros

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa na prestação de serviços continuado e essencial sem contrato pela empresa de Transportes Canarinho Ltda., sem contrato.

**28. Procedimento Preparatório nº 4/2015**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no acúmulo de dois cargos públicos do servidor Douglas Marques Gonçalves.

**29. Procedimento Preparatório nº 27/2014**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia

Assunto: Apurar irregularidades no atendimento médico hospitalar pela Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Cassilândia.

**30. Inquérito Civil nº 40/2011**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Corumbá e outros

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa na Câmara Municipal de Corumbá, consistentes em irregularidades no percebimento de verbas indenizatórias (diárias) pelos membros da Mesa Diretora nos anos de 2008 a 2010 e possível

enriquecimento sem causa destes.

**7.2.2.2. CONSELHEIRO – RELATOR ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Procedimento Preparatório nº 3/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Costa Rica/MS (Vereador/Presidente Luza Lázaro Gerolomo)

Assunto: Apurar a prática de inconstitucionalidades e eventual ato de improbidade administrativa, pelos Vereadores da Câmara Municipal de Costa Rica, na aprovação de Emenda à Lei Orgânica Municipal, para a criação de Subsídio Suplementar a ser pago aos edis.

**2. Procedimento Preparatório nº 75/2014**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na destinação conferida aos emolumentos recolhidos em decorrência de emissão de documentos fiscais.

**3. Procedimento Preparatório nº 89/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos – Disque 100

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

**4. Procedimento Preparatório nº 94/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos – Disque 100

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

**5. Procedimento Preparatório nº 96/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos – Disque 100

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

**6. Inquérito Civil nº 32/2011**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Nereu Malheiros de Queiroz

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar o despejo de entulhos na Rua Otávio Mangabeira, fundos com a rua Joaquim Pereira Gabriel, bairro Jardim Panamá III.

**7. Procedimento Preparatório nº 136/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos

Requerido: Apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

**8. Inquérito Civil nº 96/2009**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Posto Priscila Ltda. - ME, Petrobrás Distribuidora de Combustível S/A e o Posto Vitória Ltda. Assunto: Apurar a instalação e a operação do posto de combustível Posto Priscila Ltda., ME, nome fantasia Posto Locatelli, localizado na av. Costa e Silva, 967, vila Progresso, em Campo Grande-MS, atualmente sob responsabilidade da Petrobras Distribuidora S.A.

**9. Procedimento Preparatório nº 6/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Galbiatti Junior

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente e presença de processo erosivo na fazenda Califórnia, de propriedade de Júlio Galbiatti Júnior.

**10. Procedimento Preparatório nº 34/2014**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cariocão

Assunto: Apurar eventual utilização irregular de logradouro público pela empresa denominada Cariocão, localizada na rua Camilo Ermelindo da Silva, subesquina da rua Monte Alegre, em Dourados.

**11. Procedimento Preparatório nº 52/2014**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Olavo Henrique dos Santos

Requerido: DETRAN/MS

Assunto: Averiguar eventual pagamento em duplicidade por consulta oftalmológica no ato de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

**12. Inquérito Civil nº 51/2014**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Radiologia do PAM - Assunto: Averiguar o integral cumprimento das recomendações da Vigilância Sanitária Municipal em relação ao setor de radiologia do PAM, que originou o Procedimento Administrativo nº 142/14.

**13. Inquérito Civil nº 15/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcos Francisco Faustino Dias

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Estrela da Mata.

**14. Inquérito Civil nº 47/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: ABC Agricultura e Pecuária S.A

Assunto: Apurar eventual dano ambiental proveniente de queima de pastagem em área de preservação permanente e de reserva legal, na Fazenda Lapa do Lobo.

**15. Inquérito Civil nº 173/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os danos ambientais provenientes da construção irregular de imóvel às margens do Rio Paraná no Porto Caiuá, em Naviraí/MS.

**16. Inquérito Civil nº 14/2012**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Floresta, proprietário Pompílio Leonardo

Assunto: Apurar a denúncia de retirada de 58(cinquenta e oito) árvores sem autorização do órgão competente.

**17. Procedimento Preparatório nº 6/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elektro Eletricidade e Serviços S/A

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente de lançamento de resíduos líquidos em via urbana. Crime ambiental previsto no artigo 54, §2º, V, da Lei Federal nº 9.605/98.

**18. Procedimento Preparatório nº 88/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Igreja Pentecostal Fogo Poder e Glória

Assunto: Apurar possível dano ao meio ambiente decorrente de poluição sonora.

**19. Procedimento Preparatório nº 29/2014**

4ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rafael Coelho Prates

Assunto: Apurar falta cometida pelo conselheiro Rafael Coelho Prates.

**20. Procedimento Preparatório nº 17/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente da prática de corte de árvore, bem como poluição em zona urbana previsto nos artigos 49 e 61 da Lei Federal nº 9605/98.

**21. Inquérito Civil nº 16/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sulaima El Assal e outros

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Estância El Assal, localizada neste Município.

**22. Inquérito Civil nº 9/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Roseli Rosa de Souza

Assunto: Apurar irregularidades conservacionistas e de preservação ambiental na propriedade rural denominada fazenda Três Lagoas, localizada no município de Alcinópolis/MS.

**23. Inquérito Civil nº 5/2010**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Amaro dos Santos, fazenda Cabeceira do Matão, município de Alcinópolis/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na propriedade rural, onde se encontra instalada uma carvoaria, bem como se o referido imóvel cumpre sua função ambiental, no que diz respeito às áreas de preservação permanente, reserva legal e conservação do solo.

**24. Inquérito Civil nº 41/2010**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em contratação na modalidade convite pela Câmara Municipal de Corumbá/MS nos processos 04/05, 05/2005, 01/2006, 05/2006, 02/2007, 08/2007 e 10/2007, em razão do desmembramento e divisão dos objetos originais investigados no IC nº 019/2010.

**25. Inquérito Civil nº 17/2011**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: João Luiz da Silva

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar eventual responsabilidade do município de Corumbá/MS pela ausência/morosidade das obras de drenagem na rua Rio Grande do Sul (próximo ao Anel Viário), tendo em vista a ausência de galerias para escoamento das águas pluviais, comprometendo a saúde dos moradores do local.

**7.2.2.3. CONSELHEIRO – RELATOR LUÍS ALBERTO SAFRAIDER:****1. Inquérito Civil nº 8/2011**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Conselho Regional de Medicina

Requeridas: Secretaria Estadual de Saúde – SES e Secretaria Municipal de Saúde, SESAU

Assunto: Fazer cumprir plenamente o que determina a Constituição Federal, dotando-se a Santa Casa de Campo Grande dos recursos públicos necessários e suficientes para atender de maneira eficiente a população que depende do Sistema Único de Saúde - SUS.

**2. Inquérito Civil nº 80/2013**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no CREAS - POP, em razão da falta de veículos para realização de atendimentos externos.

**3. Procedimento Preparatório nº 109/2014**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Estadual Jornalista Luiz Carlos Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL

Assunto: Apurar possíveis irregularidades apontadas pelo relatório do Processo Administrativo nº 09/500.155/2008, da Auditoria-Geral do Estado.

**4. Procedimento Preparatório nº 33/2014**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Escola Municipal Loide Bonfim Andrade

Assunto: Apurar notícia indicativa de poluição sonora consistente na locação do espaço pertencente à Escola Municipal Loide Bonfim Andrade, para realização de retiro evangélico, em Dourados-MS.

**5. Inquérito Civil nº 77/2011**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de implantação de loteamento irregular denominado Parque das Nações I, Zona Leste.

**6. Inquérito Civil nº 16/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Geny Nunes da Rocha, Bar, Restaurante e Dormitórios Sinhozinho

Assunto: Apurar funcionamento de estabelecimentos comerciais que exerçam atividades de manipulação de alimentos em desacordo com a Resolução da ANVISA - nº 216/2004, que estabelece normas e ações de controle sanitário na área de alimentos, visando à proteção e a saúde dos consumidores em geral.

**7. Inquérito Civil nº 7/2013**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ruyter Silva, fazenda São Paulo  
Assunto: Apurar corte extração e beneficiamento de produtos florestais da espécie jatobá e paratudo, no total de 71,79 m³, no imóvel rural denominado fazenda São Paulo, localizada no município de Corumbá/MS, de propriedade de Ruyter Silva.

#### **8. Procedimento Preparatório nº 3/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Hudson Caio Silva Borges  
Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente da prática de poluição sonora. Crime ambiental previsto no artigo 54 da Lei Federal nº 9.605/98.

#### **9. Inquérito Civil nº 63/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerida: Esquina Carioca  
Assunto: Apurar possível fixação irregular de mesas e cadeiras na calçada, bem como possível construção de estabelecimento sem a devida documentação.

#### **10. Inquérito Civil nº 53/2013**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá  
Requerente: Vereador Mohamad Abdallah  
Requeridos: Município de Corumbá e a Secretaria de Saúde de Corumbá  
Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa consistentes em irregularidade na inexigibilidade de licitação no processo nº 27.042/2013-SMS e potencial favorecimento de empresa nos processos nºs 607/2013, 2.789/2013, 9.742/2013, 8.416/2013, 12.455/2013, 16.734/2013, 21.359/2013.

#### **11. Inquérito Civil nº 9/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Hotel Santo Expedito  
Assunto: Apurar eventual dano ambiental no córrego “Vertente Tenente” proveniente de lançamento de dejetos humanos e resíduos sólidos “*in natura*”.

#### **12. Procedimento Preparatório nº 93/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande  
Requerente: Denúncia anônima  
Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande  
Assunto: Apurar suposta irregularidade no fato de a Prefeitura Municipal de Campo Grande se recusar a realizar o pagamento, relativo ao mês de setembro de 2014, aos mirins que ali prestam serviços.

#### **13. Inquérito Civil nº 78/2012 - Anexo 34**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande  
Requerente: Águas Guariroba S/A.  
Requerido: Município de Campo Grande/MS  
Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do

empreendimento “Churrascaria Rio Grande do Sul” (Mário Pinzetta – ME), localizado na avenida Calógeras, 207, Vila América, nesta Capital.

#### **14. Inquérito Civil nº 1/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: A apurar  
Assunto: Apurar eventual irregularidade na conduta do Coordenador do CCZ de Três Lagoas.

#### **15. Inquérito Civil nº 11/2010 (SIGILOS)**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

#### **16. Procedimento Preparatório nº 13/2015**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande  
Requerente: Denúncia anônima  
Requerido: Secretário Municipal de Segurança Pública, Dr. Valério Azambuja  
Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo Secretário Municipal de Segurança Pública, Dr. Valério Azambuja, ao designar servidor público comissionado para compor Comissão de Sindicância.

#### **17. Inquérito Civil nº 24/2011**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: A apurar  
Assunto: Apurar eventual omissão do município de Camapuã em adotar providências para atender aos moradores do jardim São Bento, vítimas das constantes enchentes do córrego “Água Amarela”, nesta Cidade.

#### **18. Inquérito Civil nº 68/2012**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Hotel Camargo  
Assunto: Verificar a instalação e operação, no imóvel situado na rua Dom Aquino, nº 517, bairro Amambaí, em Campo Grande/MS.

#### **19. Inquérito Civil nº 59/2014**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bela Vista  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Supermercado Bom Gosto  
Assunto: Apurar eventual irregularidade na importação e distribuição de carne quanto ao Supermercado Bom Gosto.

#### **20. Inquérito Civil nº 25/2013**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá  
Requerente: Ministério Público Estadual  
Requeridos: Ruyter Cunha de Oliveira, Lauther da Silva Serra, Elder Ohara de Oliveira e outros



Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa, consistente em indícios de malversação de dinheiro público na Secretaria Executiva de Saúde de Corumbá, consistente na realização de cirurgias bariátricas pelo médico Elder Ohara de Oliveira, nos anos de 2008 e 2009, sem aprovação do Conselho Municipal de Saúde, utilizando-se indevidamente de recursos estaduais e federais para realização das referidas cirurgias, além de prováveis pagamentos irregulares de plantões inexistentes.

#### **21. Inquérito Civil nº 65/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar reclamação de possível irregularidade no fornecimento de marmitex para servidores da saúde de Três Lagoas, por empresa que pertence à esposa - para não dizer - ao próprio servidor da Prefeitura, além da ilegal retenção de cartão alimentação por ele promovida, como também nos descontos em duplicidade para os servidores que mantêm dois vínculos com a municipalidade, mas que recebem um cartão alimentação, o mesmo ocorrendo com o desconto do convênio da CASSEMS.

#### **7.2.2.4. CONSELHEIRA – RELATORA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 15/2013**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização das obras na Escola Ensino Infantil - Tipo B - FNDE, referentes ao Contrato nº 345/2009.

##### **2. Inquérito Civil nº 44/2012**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público no fornecimento de medicamentos ao cidadão Robson da Costa Zeneratti, descumprindo ordem judicial.

##### **3. Procedimento Preparatório nº 16/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Luisa Aparecida Cavalheiro de Lima

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, ante a notícia de que o Tribunal de Contas deste Estado condenou a ex-vereadora Luisa Aparecida Cavalheiro Lima a ressarcir o erário por ato praticado enquanto ocupava a presidência da Câmara Municipal de Bonito.

##### **4. Inquérito Civil nº 3/2012**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Braz Dias Neto e Eduardo Vicente Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa por parte do Vereador Braz Dias Neto, de Eduardo Vicente Silva e outras pessoas ainda não identificadas, referente ao recebimento/utilização/desvio de casas populares do conjunto habitacional Heitor Rodrigues, em Terenos, para atender interesses particulares.

##### **5. Inquérito Civil nº 65/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: F.A.T.

Assunto: Apurar eventual denúncia de que F.A.T. era “funcionário fantasma” da Prefeitura Municipal de Três Lagoas.

##### **6. Inquérito Civil nº 17/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia inqualificada de beneficiamento na obtenção de licenciamento ambiental para liberação de loteamento no município de Três Lagoas.

##### **7. Procedimento Preparatório nº 99/2014**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: DETRAN/MS

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte do DETRAN/MS.

##### **8. Inquérito Civil nº 103/2014**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Comissão Permanente de Assistência Social e do Idoso da Câmara Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade na atuação da Comissão Permanente de Assistência Social e do Idoso da Câmara Municipal de Campo Grande em fiscalizar a falta de alimentos nos CEINF's desta capital.

##### **9. Procedimento Preparatório nº 85/2014**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de o Senhor Adnan Silva Coelho das Neves, filho de um Conselheiro do TCE/MS, ter obtido o 71º lugar na classificação final do Concurso Público de Provas para Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ no cargo de Fiscal de Rendas, sem nunca antes ter sido aprovado ou obtido boa classificação em outro concurso deste nível, segundo o denunciante.

**10. Inquérito Civil nº 2/2012**

50ª Promotoria de Justiça Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de colchões para os presos do 4º Departamento de Polícia - 4º DP e na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos - DERF, a fim de permitir aos presos o cumprimento da pena com dignidade, assim como apurar a falta de cobertores à DERF, em substituição aos colchões, a fim de atender a necessidade material básica dos presos temporários que lá fiquem alojados.

**11. Inquérito Civil nº 72/2013**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos valores recebidos pela Empresa Cirumed Comércio Ltda., provenientes de processos licitatórios dentro do período compreendido entre 2010 a 2012, sendo que durante o referido período não havia a exigência da apresentação da Certidão de Débitos Gerais do Município por parte de Gestores no ato do pagamento.

**12. Inquérito Civil nº 4/2014**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar as condições de alojamento das pessoas que procuram atendimento no Pronto Socorro do Município de Corumbá/MS, bem ainda averiguar a ausência de materiais básicos de saúde.

**13. Inquérito Civil nº 8/2012**

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Babilônia Drink's

Assunto: Apurar regularidade de funcionamento e respeito à legislação consumerista e demais legislações aplicáveis ao funcionamento da Casa de Shows Babilônia Drink's.

**14. Procedimento Preparatório nº 31/2014**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Corumbá/MS e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Procedimento Licitatório nº 21.100/2014, da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS, assim como nos contratos entre a Municipalidade e a empresa ALS CIA.

**7.2.2.5. CONSELHEIRO – RELATOR AROLD O JOSÉ DE LIMA:****1. Procedimento Preparatório nº 37/2014**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Registrar notícia indicativa de eventual utilização irregular de espaço público localizado na rua Projetada D, bairro Ipê Roxo, em desacordo com as normas vigentes.

**2. Procedimento Preparatório nº 3/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Sidrolândia/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na prestação de serviço de pintura e confecção de rodapé da Câmara Municipal de Sidrolândia/MS.

**3. Inquérito Civil nº 2/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no uso do crédito fundiário adquirido através de associações da comarca de Coxim e assistidos pela AGRAER.

**4. Inquérito Civil nº 35/2010**

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de irregularidades no comércio de produtos de origem animal (carne) nos açougues e feiras livres de Corumbá e Ladário.

**5. Procedimento Preparatório nº 132/2014**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a denúncia sobre suposto agendamento de consulta médica a pessoa há muito falecida.

**6. Inquérito Civil nº 14/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waldemar Sanches

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda 3 M.

**7. Inquérito Civil nº 12/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na construção da denominada avenida Brasil.

**8. Procedimento Preparatório nº 82/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades constantes no Processo nº 39/300.076/2004 da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul referente à empresa MR Micros Informática, tais como prorrogação irregular do contrato e ausência de comprovação junto ao INSS e FGTS na ocasião da execução dos pagamentos.

#### 9. Inquérito Civil nº 33/2012

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Maercio Gracini

Requerida: Secretaria de Estado de Educação

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa nas verbas destinadas à educação no Estado de Mato Grosso do Sul.

#### 10. Inquérito Civil nº 17/2014

49ª Promotoria de Justiça das Entidades de Interesse Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas na ONG Economia Solidária, Preservação Ambiental e Desenvolvimento Social - ESPADS.

#### 11. Inquérito Civil nº 3/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Cecília Malheiro Negrão Maiolini

Assunto: Analisar a conformidade, com a legislação vigente, das áreas de reserva legal, preservação permanente e ocupação do solo da fazenda, em atenção ao projeto desenvolvido na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia (Projeto 001 - grandes propriedades), implantado para averiguar a situação jurídico-ambiental dos imóveis rurais do Município, em ordem decrescente de tamanho.

#### 12. Procedimento Preparatório nº 38/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível existência de água empoçada em buraco localizado na rua Silvino Dote, nº 397, bairro Tiradentes, em Campo Grande.

#### 13. Inquérito Civil nº 3/2014

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência do DETRAN do município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventual má prestação de serviços públicos, pela demora no atendimento dos serviços de vistoria pela Agência do DETRAN do município de

Aparecida do Taboado.

#### 14. Inquérito Civil nº 14/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Vicente Pedroso de Barros, fazenda Santa Catarina Hotel Pesqueiro

Assunto: Apurar eventual erosão rural, inexistência/irregularidades de licença, reserva legal a recompor, degradação de área em APP, na propriedade denominada fazenda “Santa Catarina Hotel Pesqueiro” - Projeto Rio Miranda.

#### 15. Inquérito Civil nº 8/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hédil Amado Felício

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais no rancho Paulo, localizado no município de Anastácio/MS.

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### AVISO N. 017/CGMP/2015

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

#### A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como os senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que realizará **CORREIÇÃO ORDINÁRIA** junto à 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã/MS, no dia **30 de julho de 2015, às 13h.**

Campo Grande, 9 de julho de 2015.

**Mauri Valentim Riciotti**

Corregedor-Geral do Ministério Público

### CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

#### EDITAL Nº 02/PJRN/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do PROMOTOR DE JUSTIÇA da Comarca de **Rio Negro/MS**, torna pública a relação das inscrições deferidas e indeferidas para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESTAGIÁRIO de Direito**, conforme disposições abaixo:

#### I – Inscrições deferidas:

NOME	N.º DE DOCUMENTO
------	------------------

Gabrielle Angel Leiko Rezende Nakashima	RG n. 001.651.001 SSP/MS
Nara Rhúbia Nonato Rezende Villela Segawa	RG n. 001.665.316 SSP/MS
Natália dos Santos Garcia	RG n. 001.995.096 SSP/MS
Thays Cristina do Amaral Souza Silva	RG n. 001.937.237 SSP/MS

**II – Inscrições indeferidas:**

NOME	N.º DE DOCUMENTO
Robson Barbosa de Oliveira	RG n. 001.004.619 SSP/MS

Rio Negro/MS, 09 de julho de 2015.

**a) Eduardo de Araújo Portes Guedes**  
Promotor de Justiça

\*\*\*\*\*

**EDITAL Nº 008/PJAMB/2015**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca **AMAMBAI/MS**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, disposições do art. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e do Edital nº 001/PJAmb/2014, **CONVOCA** a candidata aprovada **IOLANDA ROSA WALTHER CARDINAL**, quinta colocada entre os candidatos classificados, para apresentação da documentação especificada em anexo (Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Amambai, 09 de julho de 2015.

**a) LUIZ EDUARDO SANT'ANNA PINHEIRO**  
Promotor de Justiça

**Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.**

**DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

- I. fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II. declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/turno/semestre/número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
- III. atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV. certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V. declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
- VI. declaração pessoal do não exercício da advocacia

pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII. atestado de exame ABO-RH (tipo sanguíneo);

VIII. número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);

IX. 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;

X. Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF – estagiário – formulários) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

\*\*\*\*\*

**EDITAL Nº 006/1ªPJ/2015**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca de Cassilândia-MS, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, **CONVOCA** as candidatas aprovadas em 3º e 4º lugar **BÁRBARA STELA RODRIGUES BARBOSA e LARISSA CAMPOS SILVA**, para apresentar a documentação para admissão, conforme relação anexa (art. 31, §1º, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010), no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Ministério Público.

Cassilândia, 9 de Julho de 2015.

**a) Aline Mendes Franco Lopes**  
Promotora de Justiça

**ANEXO I****DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de **matrícula atualizada**, emitida pela instituição de ensino, que informe o **ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso**;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ.
- VI – declaração pessoal de acumulação do exercício de

estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

**VII** - atestado de exame ABO-RH;

**VIII**- número da agência e da conta corrente no **Banco do Brasil**;

**IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;

**X**- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAFF) digitalizada em todos os campos e assinada.

\*\*\*\*\*

#### EDITAL Nº 007/1ªPJ/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das **PROMOTORIAS DE JUSTIÇA** da Comarca de Cassilândia-MS, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, deixa de convocar a candidata CAMILA IGLESIAS SAMPAIO PEREIRA, classificada em 5º lugar, em razão da desistência formal apresentada nesta Promotoria de Justiça em 30 de junho de 2015. E, CONVOCA a candidata aprovada em 6º lugar **ISABELLA TAIRINE SILVA**, para apresentar a documentação para admissão, conforme relação anexa (art. 31, §1º, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010), no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Ministério Público.

Cassilândia, 9 de Julho de 2015.

**a) Adriano Lobo Viana de Resende**  
Promotor de Justiça

#### ANEXO I

#### DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

**I** - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

**II** – declaração ou certidão de **matrícula atualizada**, emitida pela instituição de ensino, que informe o **ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso**;

**III** - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

**IV** - certidão de inexistência de antecedentes criminais;

**V** - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.

**VI** – declaração pessoal de acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

**VII** - atestado de exame ABO-RH;

**VIII**- número da agência e da conta corrente no **Banco do Brasil**;

**IX** - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;

**X**- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAFF) digitalizada em todos os campos e assinada.

\*\*\*\*\*

#### Aviso Nº 017/CEAF-2015

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos do art. 30, § 3º, da Resolução nº 015/2010-PGJ, **prorrogar**, pelo período de mais **1 (um) ano**, o Processo Seletivo Simplificado de Estagiários do Ministério Público da Promotoria de Justiça de Cassilândia, objeto do Edital n.º 001/1ªPJ/2014, de 25.04.2014, a contar de 28.04.2015.

Campo Grande, 03 de julho de 2015.

**Edgar Roberto Lemos de Miranda**  
Procurador de Justiça  
Coordenador do CEAFF

\*\*\*\*\*

#### Aviso Nº 007/CEAF-2015 - XVIII Processo de Seleção de Estagiários

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XVIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/CEAF-2015, de 24 de abril de 2015, publicado no DOMP nº 1034, de 27 de abril de 2015, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos e o local onde eles deverão ser entregues.

#### 1. CANDIDATOS CONVOCADOS

##### 1.1. COMARCA DE DOURADOS

Os candidatos aprovados deverão entregar a documentação abaixo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste, na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones; (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809.

##### 1.1.1. COMARCA DE DOURADOS

**DIREITO – Dourados - Turno do Estágio: Matutino**

CANDIDATO	POSIÇÃO
MARCELO CAETANO DA SILVA	3º

**DIREITO – Dourados - Turno do Estágio: Vespertino**

CANDIDATO	POSIÇÃO
CESAR TRINDADE GASPAR	4º
ANA MARIA ALMEIDA	5º

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da <b>conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança)</b> ;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Campo Grande, 6 de julho de 2015.

**Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF

\*\*\*\*\*

**Aviso n. 008/CEAF-2015 - XVIII Processo de Seleção de Estagiários**

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, **CONVOCA** o candidato aprovado no XVIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/CEAF-2015, de 24 de abril de 2015, publicado no DOMP nº 1034, de 27 de abril de 2015, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos e a data e os locais onde eles deverão ser entregues.

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS****1.1. COMARCA DE CAMPO GRANDE**

Os candidatos aprovados na Comarca de Campo Grande deverão entregar a documentação na SEAD/MPMS (Secretaria de Administração – Departamento de Serviços Gerais), situada na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

**ENSINO SUPERIOR****ADMINISTRAÇÃO - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.07.2015	13h30min	IZABELLA FERREIRA DA CUNHA	3º

**TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA OU TECNOLOGIA EM ANÁLISE DE SISTEMAS - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.07.2015	13h50min	RODOLFO ROCA NETO	3º

**ENSINO MÉDIO****TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
17.07.2015	14h10min	LEONARDO RODRIGUES DOS SANTOS POMBO	3º

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ; Na impossibilidade de apresentação da matrícula atualizada com todas as informações indicadas, é imprescindível a apresentação do <b>Histórico Escolar</b> .
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da <b>conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança)</b> ;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2014-CEAF, republicado no DOMP-MS nº 922, de 20.10.2014, no capítulo “IX - Da Convocação e



Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

A manifestação deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail: [s\\_gerais@mpms.mp.br](mailto:s_gerais@mpms.mp.br).

Caso o candidato deseje apresentar-se no local, deverá ir até a SEAD/MPMS (Secretaria de Administração – Departamento de Serviços Gerais), situada na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 9 de julho de 2015.

#### EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF

\*\*\*\*\*

#### Aviso Nº 009/CEAF-2015 - XVIII Processo de Seleção de Estagiários

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, **CONVOCA** o candidato aprovado no XVIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/CEAF-2015, de 24 de abril de 2015, publicado no DOMP nº 1034, de 27 de abril de 2015, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos e a data e o local onde eles deverão ser entregues.

#### 1. CANDIDATOS CONVOCADOS

##### 1.1. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Os candidatos aprovados na Comarca de Campo Grande, acadêmicos do curso de direito deverão entregar a documentação no CEAF/MPMS (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional), situado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, no dia e horário mencionado no quadro abaixo.

#### DIREITO - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
13.07.2015	08h30min	THIAGO SOARES DO CARMO	59º

DOMP-MS

#### 3. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da <b>conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança)</b> ;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Cumpra observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2014-CEAF, republicado no DOMP-MS nº 922, de 20.10.2014, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio ou desistência, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ceaf@mpms.mp.br](mailto:ceaf@mpms.mp.br)

Caso o candidato deseje apresentar-se no local, deverá ir até o CEAF/MPMS, situado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 09 de julho de 2015.

#### Edgar Roberto Lemos de Miranda

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – SRP

**Homologado** o resultado da licitação **Pregão Presencial nº 23/PGJ/2015 - SRP** - Processo n.º PGJ/10/1592/2015.  
**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de

DOMP-MS

materiais de expediente (agenda, canetas, cola, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

**Vencedoras/Preços Registrados:** **Márcia Cristina Maciel da Silva – ME**, para os itens **1** (R\$ 9,94), **5** (R\$ 0,19), **8** (R\$ 25,90), **10** (R\$ 36,00), **14** (R\$ 4,30), **17** (R\$ 16,40), **18** (R\$ 16,40), **19** (R\$ 16,40), **26** (R\$ 2,10), **27** (R\$ 2,10), **28** (R\$ 0,25), **29** (R\$ 0,25), **32** (R\$ 9,35), **34** (R\$ 9,35), **36** (R\$ 1,45), **37** (R\$ 2,09), **38** (R\$ 3,00), **39** (R\$ 4,40), **41** (R\$ 1,65), **42** (R\$ 0,59), **45** (R\$ 7,88), **46** (R\$ 11,40), **50** (R\$ 0,59), **51** (R\$ 1,05) e **53** (R\$ 6,60); **Casa 10 Utilidades, Acessórios e Serviços Ltda. – ME**, para os itens **2** (R\$ 6,44), **3** (R\$ 3,15), **4** (R\$ 3,95), **11** (R\$ 4,60), **15** (R\$ 2,77), **16** (R\$ 12,65), **25** (R\$ 2,98), **30** (R\$ 37,50), **33** (R\$ 9,47), **35** (R\$ 1,09), **44** (R\$ 39,95), **47** (R\$ 0,28), **48** (R\$ 0,28), **49** (R\$ 0,28), **52** (R\$ 12,69) e **54** (R\$ 5,79); **Infortech Informática Ltda. – EPP**, para os itens **6** (R\$ 17,80), **7** (R\$ 11,85), **12** (R\$ 0,20), **13** (R\$ 1,97), **20** (R\$ 0,80), **21** (R\$ 0,80), **22** (R\$ 0,80), **23** (R\$ 0,80), **24** (R\$ 0,80), **40** (R\$ 6,25) e **43** (R\$ 29,50); e **Sanches de Oliveira Comércio & Serviços Eireli. – EPP**, para os itens **9** (R\$ 3,75) e **31** (R\$ 8,70).

**Justificativa:** Registro de Preços tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital. Campo Grande, 9 de julho de 2015.

Emervall Carmona Gomes  
Pregoeiro/PGJ

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

##### **Extrato da Nota de Empenho 2015NE002738 de 06.07.2015 do Processo PGJ/10/2031/2015**

Credor: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA LTDA. - EPP

Ordenador de despesa: **João Albino Cardoso Filho**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 13/PGJ/2015 – **Ata Registro de Preços n.º 02/PGJ/2015**

Objeto: aquisição de café torrado.

Valor: R\$ 10.700,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE002738, de 06.07.2015.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

##### **Extrato da Nota de Empenho 2015NE002739 de 06.07.2015 do Processo PGJ/10/2031/2015**

Credor: YOUSSEF AMIM YOUSSEF - EPP

Ordenador de despesa: **João Albino Cardoso Filho**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 13/PGJ/2015 – **Ata Registro de Preços n.º 02/PGJ/2015**

Objeto: aquisição de chá mate.

Valor: R\$ 5.250,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE002739, de 06.07.2015.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

##### **Extrato da Nota de Empenho 2015NE002741 de 06.07.2015 - Processo PGJ/10/1789/2015.**

Credor: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA.

Ordenador de despesa: **João Albino Cardoso Filho**, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de notebook.

Valor: R\$ 358.900,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE002741, de 06.07.2015. Ata de Registro de Preços n. 024/2015, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.



## DIÁRIO OFICIAL DO MP

Com o objetivo de aprimorar a política de comunicação e divulgação oficial dos atos administrativos, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibiliza o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DOMP-MS.

O DOMP-MS foi instituído pela Lei Estadual nº 3.963, de 13 de setembro de 2010, e regulamentado pela Resolução nº 21/PGJ/2010, de 18 de novembro de 2010 (publicada em 18/11/2010).

*E-mail para envio de matérias:*

**[dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)**

**Telefone para contato:**

**(67) 3318-2055**